

# REFORMA POLÍTICA E GOVERNABILIDADE

CORREIO BRAZILIENSE

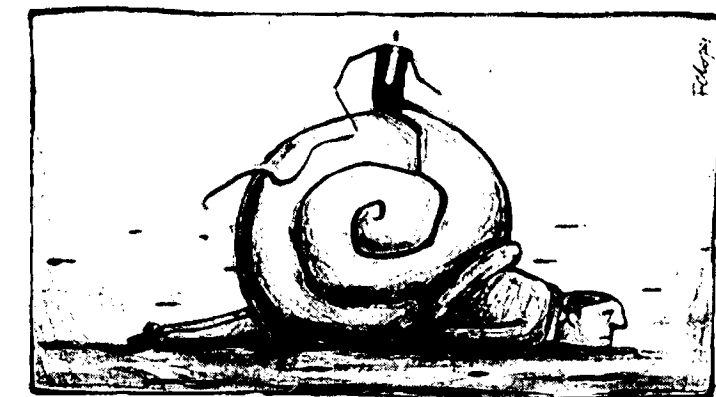
Josaphat Marinho

18 MAR 2000

O vice-presidente Marco Maciel voltou a sustentar a necessidade da reforma política, em preleção na Escola Superior de Guerra. Segundo a notícia de *O Estado de S. Paulo* (14.3), fixou vários aspectos do problema. Salientou que o país não pode ir à eleição municipal com o sistema eleitoral vigente, já superado. Observou que "o quadro partidário não é nítido, claro, consistente e articulado" e por isso cria dificuldades ao governo, nas negociações normais entre os poderes. E ainda assinalou que "temos de substituir a democracia de procedimentos por uma democracia de decisões".

Não é preciso concordar em tudo com o ilustre vice-presidente, para reconhecer a imperiosidade da reforma política. Talvez devesse ter precedido a outras mudanças, como condição de fazê-las melhor e mais duradouras. Não há exagero em admitir que o atual nevoeiro político e moral não seria tão carregado, nem sujeito aos impulsos em expansão, se houvesse sido renovada a estrutura geral da vida pública e seus comandos normativos tivessem outra efetividade. A mudança de instrumentos e de diretrizes não facultaria a erupção de tantos gases. Uma transformação de profundidade começaria a gerar nova cultura, coibitiva de tamanhos excessos, prejudiciais ao renome do país.

Se a reforma, porém, já não foi realizada, apressá-la na proximidade de uma eleição pode resul-



tar numa desfiguração do que seja conveniente. Só para discutir e votar, por exemplo, o sistema distrital misto, alterando o da proporcionalidade, ou a reconstrução indispensável dos partidos, o Congresso Nacional reclamará largo tempo e muito diálogo. Se o pluripartidarismo existente precisa ser revisto, a multiplicidade de legendas se impõe, pelas exigências da democracia, e ainda considerando a nitidez de princípios ideológicos. Encontrar o ponto de equilíbrio entre os desastros atuais e a modificação adequada pressupõe entendimentos refletidos, inconciliáveis com as limitações temporais de uma convocação extraordinária. Há de atentar nessas e noutras circunstâncias o nobre filho de Pernambuco, para que a reforma seja ampla, justa e fecunda.

Nem por isso deve ser adiada, ou retardada. Ao longo deste ano, os estudos podem ser completados e concluídos os entendimentos interpartidários, assim obtido

o consenso possível, já que alteração de tal vulto não deve exprimir o simples poder da maioria. Ter-se-á, desse modo, a reforma apropriada para as eleições gerais de 2002. Nesse pleito, as inovações produzirão seus primeiros resultados: na escolha dos candidatos, na real caracterização dos partidos e de seus programas, na manifestação das novas tendências da opinião pública. Apurar-se-á, por igual, se a reforma despertou a consciência coletiva para o ingresso crescente dos cidadãos, inclusive dos moços, nas agremiações renovadas. Já se verificará, então, se as mudanças conduzirão, ou não, a institucionalizar a vida partidária, substituindo as decisões pessoais pelas resoluções colegiadas.

A reforma bem articulada criará, sobretudo, novo clima político no país. Os compromissos de grupos, geradores de desconfianças, suspeitas e discriminações, serão sucedidos por deliberações de órgãos democraticamente forma-

dos nos partidos. As relações com o governo se processarão por intermédio das direções partidárias, respeitados os programas definidores de rumos fundamentais. O regime de idéias afastará o de interesses parciais. As lideranças, necessárias, se afirmarão pela capacidade de coordenar e não de impor soluções. Conseqüentemente, a governabilidade se estabelecerá por vínculos estabelecidos, à luz da publicidade, com os órgãos partidários. Assim construída, a governabilidade não ficará sujeita a abalos inesperados, por motivos estranhos aos pactos conhecidos, e legitimamente acordados. A reciprocidade de obrigações entre o governo e os partidos aconselhará a obediência ética ao convencionado.

Esse mecanismo de renovação, oportunamente defendido pelo vice-presidente da República, funcionará, decerto, com a flexibilidade que a ação política exige, e que não é incompatível com os deveres morais. Não permitirá, porém, que uma crise familiar e municipal, de cores cambiantes, como a de agora em São Paulo, prevaleça sobre a discussão de problema nacional relevante, de amplitude da reforma política, que repercute nos direitos de todos os cidadãos. Graduar o debate, pela natureza das questões, é forma de preservar o interesse da sociedade.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia e diretor da Faculdade de Direito da Upiis